

SOL

16-08-2013

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 58246

Temática: Política

Dimensão: 182

Imagem: N/Cor

Página (s): 6



# MAI E JUSTIÇA ESPREMIDOS

David Dinis

david.dinis@sol.pt

Os tectos orçamentais fixados por Maria Luís Albuquerque para 2014 estão a ser contestados pelo menos em ministérios sociais-democratas. O CDS insiste em cortes cirúrgicos.

Um corte de mais de 10% no Orçamento faz do Ministério da Administração Interna (MAI) um dos mais afectados pelos cortes sectoriais previstos para 2014, apurou o SOL.

Com um orçamento de cerca de 2 mil milhões de euros, o MAI recebeu indicações das Finanças para cortar 220 milhões, uma tarefa difícil aos olhos da equipa de Miguel Macedo, uma vez que cer-

ca de 1,7 mil milhões são despesa com salários.

Nos últimos dias, o ministro fez prova pública da sua preocupação, apelando à PSP e aos bombeiros para que gastem menos e prometendo pôr civis em funções administrativas. De sta vez, o corte pode ser sério, (depois de nos dois anos anteriores o MAI ter sido poupado à média de cortes dos restantes ministérios. «Ha-

via suborçamentação que teve que ser corrigida», justifica fonte do MAI.

Mas a disputa interna por um orçamento melhor ainda não terminou. Os tectos de despesa dos vários ministérios são ainda indicativos, confirmou o SOL. E a saída de Vitor Gaspar do Executivo, conjugada com a atitude mais aberta da nova titular das Finanças, deixou espaço para o prolongamento da discussão interna. «Não houve um *diktat* das Finanças, desta vez», salienta uma fonte do Governo.

Na reunião do Conselho de Mi-

nistros de há duas semanas, também a titular da Justiça, Paula Teixeira da Cruz, reagiu negativamente às restrições propostas para a sua área, que considerou insuportáveis para uma área que congrega funções de soberania.

A ministra lembrou que 73% da despesa do seu ministério é relativa a ordenados e que tem mesmo de levar por diante as obras nas prisões. Em finais de 2014, entra em vigor também a nova organização judicial, acordada com a *troika*, que implica obras em alguns tribunais e investimento na rede informática.

Nas duas reuniões do Conse-

lho de Ministros – cerca de 24 horas, no total – muito trabalho ficou em aberto. «Estamos a fazer progressos», dizia um membro do CDS. O objectivo dos centristas mantém-se intocável: «Os cortes têm que ser cirúrgicos. E não tocar no investimento, para prejudicar o menos possível a recuperação da economia».

Até aqui, a famosa TSU dos reformados (uma nova taxa sobre todas as pensões, que Portas vetou antes da crise política) não foi sequer discutida. Tão pouco o foram as alternativas à medida.

\*com Ana Paula Azevedo